



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ 2025**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação prévia aos moradores, comerciantes e empresários de ruas que receberão pavimentação, acerca da metragem lateral e da possibilidade ou não de áreas de estacionamento, e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a informar previamente aos moradores, comerciantes e empresas instaladas em vias públicas que receberão obras de pavimentação:

- I – a metragem lateral de cada trecho da via a ser pavimentado;
- II – a existência ou não de possibilidade de áreas destinadas a estacionamento, conforme o Código de Trânsito Brasileiro e demais normas aplicáveis.

**Art. 2º** A comunicação prevista nesta Lei deverá ocorrer antes da assinatura da ordem de serviço relativa à execução da obra, por meio do(s) meio(s) que a Prefeitura considerar mais conveniente(s), devendo, obrigatoriamente, ser divulgadas as informações no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e no Portal da Transparência, de forma a garantir ampla publicidade e acesso à informação pelos interessados.

**Art. 3º** A comunicação de que trata esta Lei deverá ser clara, objetiva e acessível, contendo informações técnicas resumidas sobre a obra, bem como a previsão de início e o prazo estimado de execução.

**Art. 4º** O descumprimento do disposto nesta Lei implicará a nulidade da ordem de serviço até que seja realizada a comunicação devida.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2025.

\_\_\_\_\_  
**ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO**  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
**RODRIGO VARGAS**  
Vereador Progresista



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade garantir transparência, participação e segurança aos moradores, comerciantes e empresários instalados em ruas que receberão obras de pavimentação.

É comum que, após a conclusão dessas obras, surjam questionamentos quanto ao espaço lateral das vias e à possibilidade ou não de áreas destinadas a estacionamento. A ausência de informações claras pode gerar descontentamento, insegurança quanto ao uso da via e impactos negativos no comércio local.

Ao estabelecer que a Prefeitura informe previamente a metragem lateral da rua e a viabilidade de estacionamento, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, assegura-se que os cidadãos sejam comunicados de forma adequada sobre como ficará a mobilidade no local após a obra.

O artigo 2º foi redigido de maneira a permitir que o Poder Executivo utilize os meios de comunicação que considerar mais adequados, conforme sua estrutura administrativa, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de divulgação das informações no site oficial e no Portal da Transparência, garantindo assim ampla publicidade e acesso público aos dados das obras.

Trata-se de uma medida que respeita o direito à informação, previsto no artigo 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, e que promove planejamento urbano responsável e participação social no acompanhamento das ações do Poder Público.

Além disso, a divulgação prévia e transparente evita conflitos futuros, favorece a organização do trânsito, auxilia comerciantes e empresas no planejamento de suas atividades e reforça a credibilidade da Administração Municipal perante a população.

Portanto, o presente Projeto de Lei é de interesse público e de grande relevância social, motivo pelo qual conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

---

**RODRIGO VARGAS**  
Vereador Progresista